



Comissão para o  
Setor Privado &  
Desenvolvimento

---

RELATÓRIO PARA O SECRETÁRIO GERAL  
DAS NAÇÕES UNIDAS

# DESENCADEANDO O EMPREENDEDORISMO

O PODER DAS EMPRESAS A SERVIÇO DOS POBRES

1° de março de 2004

As análises e recomendações de políticas deste Relatório não refletem necessariamente as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva ou dos Países Membros das Nações Unidas. O Relatório é uma publicação independente, feita pelo PNUD, e reflete o pensamento dos membros da Comissão para o Setor Privado e Desenvolvimento.

---

Direitos reservados (2004):  
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
One United Nations Plaza, New York, NY 10017, USA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação será reproduzida, armazenada ou transmitida, para qualquer finalidade e de qualquer forma, eletrônica, mecânica, fotocópia ou outro meio, sem a permissão prévia do PNUD.

# MEMBROS DA COMISSÃO

## CO-PRESIDÊNCIAS

**Honorável Senhor Paul Martin**  
Primeiro Ministro, Canadá

**Ernesto Zedillo**  
Diretor, Centro Universitário de Yale para Estudos da Globalização  
Ex-Presidente, México

## MEMBROS

**Eduardo Aninat (Chile)**  
Ex-Diretor Administrativo Adjunto  
Fundo Monetário Internacional

**Jorge Castañeda (México)**  
Ex-Ministro das Relações Exteriores, México  
Professor Emérito de Políticas e Estudos da América Latina, Universidade de Nova Iorque

**Luisa Diogo (Moçambique)**  
Ministra do Planejamento e Finanças,  
Moçambique

**Carleton Fiorina (Estados Unidos)**  
Presidente e CEO, Companhia Hewlett-Packard

**Rajat Gupta (Índia)**  
Sócio Sênior - Global  
McKinsey & Company

**Anne Lauvergeon (França)**  
Presidente do Conselho Executivo, Areva Group  
Presidente e CEO, Cogema

**Jannik Lindbaek (Noruega)**  
Presidente, Statoil ASA

**Peter McPherson (Estados Unidos)**  
Presidente, Michigan State University

**Alan Patricof (Estados Unidos)**  
Vice-Presidente do Conselho de Administração e  
Fundador, Apax Partners

**Kwame Pianim (Ghana)**  
CEO, Novo Mundo Investimentos

**C.K. Prahalad (Estados Unidos)**  
Professor de Administração de Empresas  
Titular da Cadeira Harvey C. Fruehauf  
Faculdade de Administração, Universidade de Michigan

**Robert Rubin (Estados Unidos)**  
Diretor e Presidente do Conselho  
Comitê Executivo, Citigroup  
Ex-Secretário do Tesouro, Estados Unidos

**Miko Rwayitare (África do Sul)**  
Presidente e Diretor Executivo,  
Telecel International  
Proprietário da Vinícola Mont Rochelle

**Juan Somavia (Chile)**  
Diretor Geral, Organização Internacional do Trabalho

**Hernando de Soto (Peru)**  
Presidente, Instituto para Liberdade  
e Democracia, Peru

## MEMBROS EX-OFFICIO

**Maurice Strong (Canadá)**  
Conselheiro Especial da Comissão

**Mark Malloch Brown (Reino Unido)**  
Administrador, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## SUPLENTE

**Debra Dunn, para Carleton Fiorina (Estados Unidos)**  
Vice-Presidente Sênior de Assuntos Corporativos, Companhia Hewlett-Packard

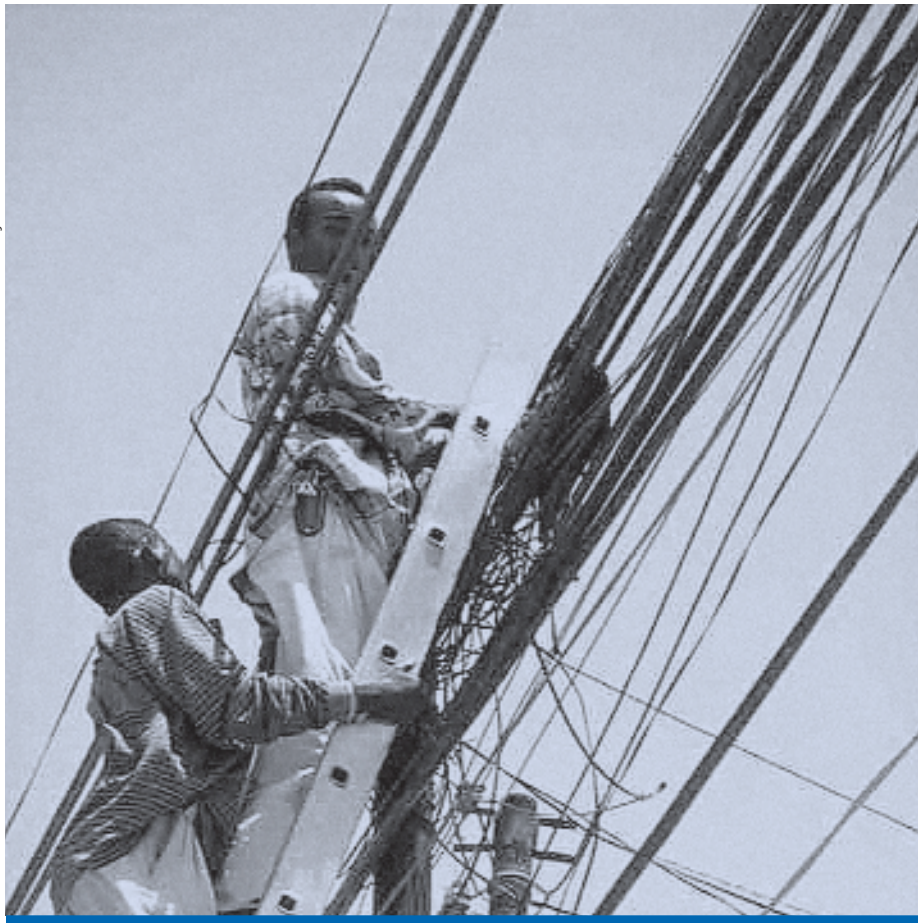
**Michael Froman, para Robert Rubin (Estados Unidos)**  
Presidente e CEO, Citilnsurance

## SECRETARIADO DA COMISSÃO

Diretor Executivo: **Nissim Ezekiel**

Equipe Principal: **Jan Krutzinna, Naheed Nenshi, Yann Risz e Sahba Sobhani**

Foto: Sonya Laurence Green/PNUD Somália



## PRÓLOGO

**E**liminar a pobreza, aspiração primordial dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, é maior prioridade de desenvolvimento do século 21. Apesar do enorme progresso feito nos últimos

50 anos, 1,2 bilhões de pessoas (a quinta parte da população mundial) subsistem com menos de um dólar por dia, sem acesso a muitos dos serviços sociais considerados básicos para uma vida digna. Esta situação penosa requer uma resposta global, que utilize todos os recursos financeiros, intelectuais e organizacionais que possamos reunir.

Diante deste quadro desolador, o Secretário Geral Kofi Annan desafiou a Comissão para Setor Privado e Desenvolvimento a responder duas perguntas: Como podemos desencadear o potencial do setor privado e do empreendedorismo, nos países em desenvolvimento? Como o setor privado pode ser engajado no combate à pobreza? O presente relatório é a nossa resposta a essas interrogações.

O Relatório oferece recomendações sobre como os atores principais – governos, instituições públicas de desenvolvimento, o setor privado e as organizações da sociedade civil (ONGs) – podem alterar abordagens e estratégias para reforçar significativamente a capacidade do setor privado de promover o desenvolvimento.

O objetivo de combater a pobreza nos leva a focar no desenvolvimento de negócios que criam empregos e riqueza na economia nacional, potencializando a capacidade dos empreendedores locais.

Traçamos um plano ambicioso para nossa tarefa, que se completou em pouco mais de um semestre desde nosso primeiro encontro em junho de 2003. Nossa intenção não foi a de realizar pesquisa básica: já se encontram em andamento muitas iniciativas de pesquisa, e as principais agências de desenvolvimento, fundações privadas e instituições acadêmicas vêm direcionando sua energia para analisar as contribuições do setor privado ao desenvolvimento. Ao invés disso, nossa abordagem consistiu em compreender e assimilar o trabalho já feito por todas as partes da coalizão para o desenvolvimento – incluindo empresas, sindicatos e organizações da sociedade civil – e integrar nossas conclusões ao marco aqui apresentado.

A voz do empresariado se fez muito presente nos trabalhos da Comissão, expressa através de suas ações e respostas às ambiciosas consultas realizadas para entender o que mais afeta sua capacidade de produzir e crescer. É a capacidade, o ímpeto e a inovação dos empreendedores que, conjuntamente, ampliam o impacto do setor privado amplamente constituído. As ações do empresariado abrangem as diretivas de gestores de

multinacionais e de grandes empresas nacionais, mas também as de indivíduos que operam informalmente em pequenas comunidades. Demos a suas vozes nossa maior atenção.

A Comissão procurou destacar uma ampla gama de exemplos e boas práticas, que mostram como as estratégias do setor privado podem ser direcionadas para a causa do desenvolvimento e da redução da pobreza. Dentre tais experiências, incluem-se iniciativas de sucesso originadas a partir de atores tradicionais de desenvolvimento, como os organismos multilaterais de desenvolvimento e as agências de cooperação bilateral. Porém, freqüentemente, destacamos abordagens menos conhecidas, porém inovadoras, desenvolvidas e implementadas pelo setor privado, tanto por empresas quanto por organizações da sociedade civil. Estes métodos baseiam-se em mecanismos de mercado e em incentivos do setor privado, tornando-os mais facilmente replicáveis e ampliáveis, como acreditamos ser necessário fazer. Uma de nossas principais constatações é a escassez de conhecimento sobre boas práticas, gerando a necessidade de melhores pesquisas e análises sobre o que funciona e o que não funciona.

Nossa conclusão preliminar foi de que não bastaria que esta Comissão produzisse um relatório tradicional, do tipo em que se declaram opiniões e conclama-se outros para a ação. Pelo

contrário, consideramos fundamental elaborar uma série de iniciativas e ações piloto, que testassem nossas principais observações e conclusões, de tal forma que sua correspondência com o universo real do desenvolvimento pudesse ser demonstrada. Essa é a razão pela qual o relatório se encerra apresentando um repertório ilustrativo de ações, que serão detalhadas nos próximos meses, para serem brevemente implementadas como projetos piloto. Algumas destas ações poderiam ser impulsionadas pelo Sistema das Nações Unidas, outras por seus parceiros e partes interessadas.

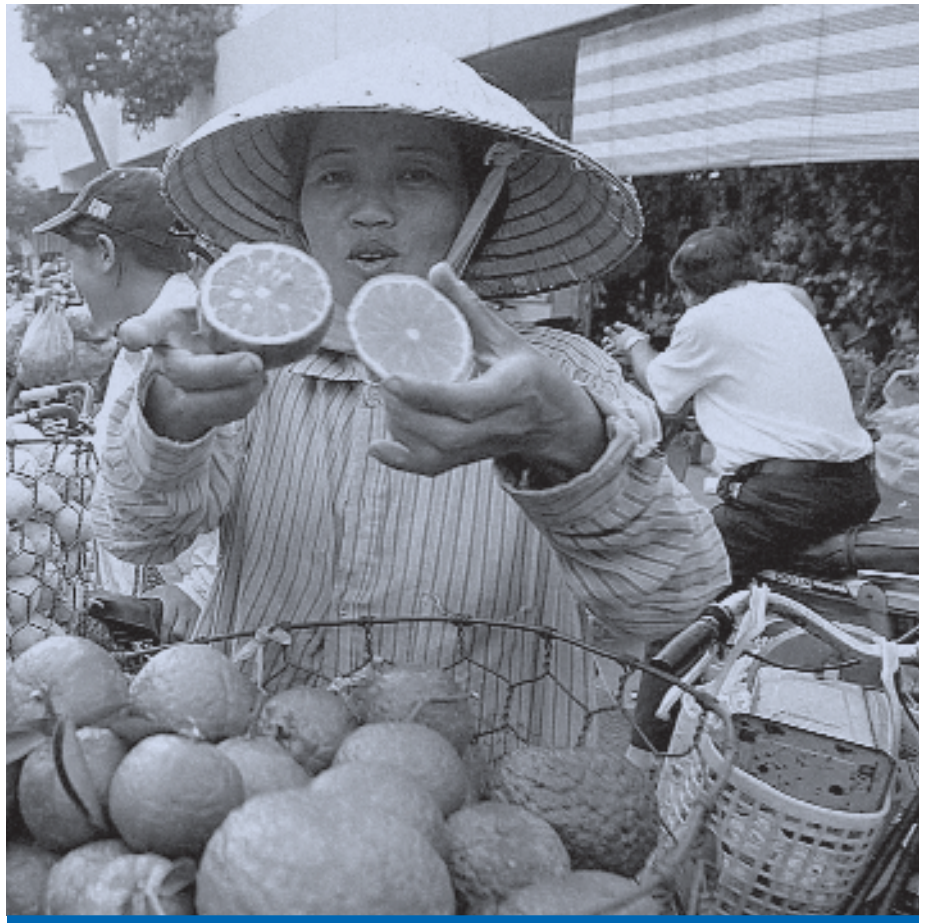
As iniciativas propostas não são suficientes. Nós as apresentamos como orientação acerca dos tipos de ações que consideramos que podem e devem ser replicadas, para que haja o maior impacto possível. Tampouco cremos que cada uma destas ações constitua-se num modelo perfeito. As peculiaridades de cada país nos exigirão modificações nas iniciativas, assim como em algumas de nossas recomendações gerais, para adaptá-las a cada situação concreta. Nossas idéias e conclusões são apresentadas como diretrizes que propiciam um diálogo construtivo. O intuito é catalisar uma coalizão renovada entre os principais atores envolvidos, centrada nos desafios aqui apresentados. Tal coalizão é essencial para desencadear o potencial do setor privado, atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e combater a pobreza.



Paul Martin  
Co-Presidente



Ernesto Zedillo  
Co-Presidente



## AGRADECIMENTOS

O trabalho da Comissão não teria sido possível sem a participação e a contribuição de muitas pessoas e organizações. Desejamos expressar nossa sincera gratidão a todos aqui mencionados.

### AGRADECIMENTO ESPECIAL...

À McKinsey & Company, que ofereceu informações e assessorament à Comissão e seu Secretariado durante todo o projeto. A equipe de Maria Blair, Michael Monson e Mark Templeton, que foi conduzida por Tilman Ehrbeck, Diana Farrell, Jeremy Oppenheim e Les Silverman.

A Jennifer Barsky, Prabal Chakrabarti e Irene Philippi que também deram contribuições vitais para o trabalho do Secretariado.

### LEITORES E ESPECIALISTAS

Nosso trabalho recebeu contribuições de muitos que nos precederam, e outros muitos que nos brindaram generosamente com seu tempo e conhecimento para ajudar-nos a consolidar nossas idéias. Dentre eles:

Adrian Hodges, Fórum Internacional de Líderes Empresariais; Lalita Gupte, Mahdavi Kalyan e K. V. Kamath, Banco ICICI; Nandan Nilekani e Sanjay Purohit, Infosys Ltd.; Percy S. Mistry, Oxford International Group; Richard Frank, Bob Graffam, Julio Lastres e Alexander Schwedelheim, Darby Overseas Investments Ltd; Michael Barth, Companhia Holandesa de Financiamento ao Desenvolvimento;

Nancy Bearg, Enterprise Works; Gary Bond, Noreen Doyle e Michael McCullough, Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento; Cameron Rennie, Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável; Enrique Ferraro, Jim Kaddaras e Maria Otero, Accion; Jide Zeitlin, Goldman Sachs; Masood Ahmed, David Stanton e Adrian Wood, Departamento Internacional para o Desenvolvimento, Reino Unido; Professores Michael Chu, Calestous Juma, Tarun Khanna, George Lodge, Michael E. Porter, Iqbal Quadir e Deborah Spar, Universidade de Harvard; Michael Fairbanks, On the Frontier; Craig Wilson, DeltaPearl; Elli Kaplan; Benjamin Krutzinna; Neysan Rassekh; Alex Shakow; George Ivanov; Eleonore Kopera, Fórum Humanitário de Negócios; Barbara Samuels, Samuels Associates; Donald Snodgrass, Development Alternatives, Inc.;

Elizabeth Littlefield, CGAP; Bill Kramer, Instituto de Pesquisa da Água; Hugh Locke, Locke Associados; Bill Draper, DraperRichards; Joaquim Boborquez; Maria Cattai Livanos e William Stibravy, da Câmara Internacional de Comércio; Robert Litan, Robert Chernow, Fundação Ewing Marion Kauffman; Professores John McMillan e Paul Milgrom, Universidade de Stanford; Christopher Woodruff, Universidade da Califórnia, San Diego; Professor Jonathan Morduch, Universidade de Nova Iorque; Jeb Brugman e Craig Cohon, GlobalLegacy; Bob Fitch, Enterplan; Daniel Zelikow, JP Morgan; Kenny Pegram e Ray Smilor, Fundação para o Desenvolvimento de Empresas; Sunil Sinha, Emerging Market Economics; Roland Dominicé e Jean-Philippe de Schrevel, BlueOrchard; Professor Roger Leeds, Universidade Johns Hopkins; Professor Ted London, Laboratório de Estudos sobre a Base da Pirâmide da Universidade da Carolina do Norte; John Richardson e Sevdalina Rukanova, Centro das Fundações Europeias; Kenneth Borghese, John E. Wasielewski, Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos; S. Aftab Ahmed, Sabine Durier, Mariann Kurtz, Guy Pfeffermann, Harold Rosen, Thomas Schipani, Bernard Sheahan e Udayan Wagle, Corporação Financeira Internacional; Gerard Byam, Cesare Calari, Gerard Caprio, Arvind Gupta, Jemal-ud-din Kassum,

Michael Klein, Khalid Mirza, Francois Nankobogo, Neil Roger, Marilou Uy and Dileep Wagle, Banco Mundial; Gerald T. West, Fundo Multilateral para Garantia de Investimentos; Jonathan Fiechter and Prakash Loungani, Fundo Monetário Internacional; Karen Decker and Arvind Mathur, Banco de Desenvolvimento da Ásia; Nancy Boswell, Transparência Internacional; Antonio Vives, Banco Inter-Americano de Desenvolvimento; e Ric Cameron e Arthur Saper, Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá.

## CONSULTAS

O Secretariado da Comissão efetuou quatro consultas formais com representantes internacionais do trabalho; fundações europeias, acadêmicos, organizações canadenses da sociedade civil. Nosso agradecimento aos anfitriões dessas consultas, incluindo a Organização Internacional do Trabalho e o Centro Europeu de Fundações, assim como aos participantes das consultas, dentre os quais encontram-se: Bob Kyloh, da delegacia sindical da Organização Internacional do Trabalho; Raul Requena, Rede Internacional de Sindicatos; Wendy Caird, Internacional de Serviços Públicos; Carla Coletti, Federação Internacional dos Metalúrgicos; Esther Busser, Confederação Internacional dos Sindicatos Livres; Sándor Köles, Fundação Carpathian; Matthieu Vanhove, Cera Holding; William White, Charles Fundação Stewart Mott; Dario Disegni, Compagnia di San Paolo; Charles

Buchanan, Fundação Luso-Americana; Michael Brophy, Help for All Trust; Luc Tayart de Borms, Fundação King Baudouin; Michel Bourges Maunaury, Madariaga Fundação Européia; Raymond Georis e Alexandre Kirchberger, Rede das Fundações Europeias para Cooperação em Inovação; Ineke Derkzen, Fundação Rabobank; John Mroz, Instituto Leste-Oeste; Charles Maynes, Fundação Eurásia; John Wyn Owen, Nuffield Trust; David Dollar, Banco Mundial; Michael Klein, Grupo Banco Mundial; Raymond Fisman, Universidade de Columbia; Florencio Lopez-de-Silanes, Universidade de Yale; Nazeer Aziz Ladhani, Fundação Aga Khan; Gerry Barr, Conselho Canadense para a Cooperação Internacional; John Watson, CARE Canadá; Patricia McCullagh, Ric Cameron e Arthur Saper, Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá; Michel Chaurette, Centro Canadense para Estudos Internacionais e Cooperação; Pam Foster, Iniciativa Halifax; Molly Kane, Inter Pares; Robert Letendre, Organização Católica Canadense para o Desenvolvimento e a Paz; Mark Fried e Rieky Stuart, OXFAM Canadá; Roy Culpeper, Instituto Norte-Sul; e Kathy Vandergrift, Visão Mundial do Canadá.

## NAÇÕES UNIDAS

Muitos dentro da grande família das Nações Unidas generosamente nos concederam seu tempo e seu conhecimento, incluindo: Michael Henriques e Stephen Pursey da Organização Internacional do

Trabalho; Wilfried Luetkenhorst e sua equipe na Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial; Georg Kell e sua equipe, do Global Compact; e Antti Piispanen, Lorraine Ruffing, Karl Sauvant e a equipe da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. Nosso agradecimento também a John McArthur e sua equipe do Projeto Milênio; e aos colegas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): Zéphirin Diabré, Administrador Adjunto; Bruce Jenks, do Departamento de Recursos e Parcerias Estratégicas, e quem forneceu a orientação geral do PNUD ao projeto; Sanjay Gandhi, Connie Gratil, Sirkka Korpela e Casper Sonesson, também do Departamento de Recursos e Parcerias Estratégicas; Kalman Mizsei do Departamento para a Europa e CIS; Shoji Nishimoto do Departamento de Políticas de Desenvolvimento; Hafiz Pasha do Departamento para a Ásia e o Pacífico; a equipe do Escritório do Administrador, em especial Gilbert Hougbo, Lauren Canning, Alan J. Lee e Mark Suzman; Djibril Diallo, Victor Arango, Carmen Higa, Hyacinth Morgan e William Orme do Departamento de Comunicação do Administrador; Christina Barrineau, Normand Lauzon e Peter Kooi do Fundo de Desenvolvimento de Capitais das Nações Unidas; e Bibi Amina Khan e Golda Kruss, que deram suporte ao Secretariado da Comissão.

## EDIÇÃO, DESIGN E PRODUÇÃO

Por fim, agradecemos profundamente àqueles que nos ajudaram com a edição, a produção e a tradução, sempre trabalhando com prazos reduzidos: Bruce Ross-Larson e Meta de Coquereumont, Elizabeth McCrocklin, Thomas Roncoli e Christopher Trott, da Cia. de Desenvolvimento de Comunicações.; Julia Dudnik-Ptasznik da Colonial Comunicações; Michel Coclet; Edward Ranney Carta, da EurOz Tecnologias; Thomas Barbush e a equipe da Gráfica Moore Wallace-Hoehstetter; Kaika Clubwala da A.K. Suprimentos para Escritórios; e Elizabeth Scott Andrews, Naeem Arastu, Sokhna Diouf, Françoise Gerber, Rajeswary Iruthayanathan, Maureen Lynch e Jeremy Owens, do PNUD.

Finalmente, gostaríamos de agradecer o Escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, em especial ao seu Representante Residente Carlos Lopes, e à equipe que nos prestou inestimável suporte para a produção, lançamento e distribuição no Brasil e nos demais países de língua portuguesa, da versão em português do relatório: Marielza Oliveira, Karla Parra, Denise Kipmann, Narue Shiki e Wilson Soares.

# ÍNDICE

<b>MEMBROS DA COMISSÃO</b>	
<b>PRÓLOGO</b>	<b>i</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>iii</b>
<b>DESTAQUES</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1. POR QUE O SETOR PRIVADO É TÃO IMPORTANTE PARA A REDUÇÃO DA POBREZA</b>	<b>5</b>
A extrema pobreza persiste	6
O setor privado é importante para os pobres...e, muitas vezes, é constituído pelos pobres	7
Quem são os empresários?	8
O foco no setor privado nacional	9
<b>CAPÍTULO 2. RESTRIÇÕES AO SETOR PRIVADO NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO</b>	<b>11</b>
Informalidade generalizada entre as microempresas	12
Poucas empresas pequenas e médias são competitivas	13
A ausência de pressão competitiva sobre as grandes empresas	14
Bases para o empreendedorismo—ainda por construir	14
Os três pilares do empreendedorismo—normalmente inexistentes	17
<b>CAPÍTULO 3. COMO DESENCADEAR O PODER DO SETOR PRIVADO</b>	<b>21</b>
Construindo as bases	23
Erguendo os pilares	24
<b>CAPÍTULO 4. ENGAJANDO O SETOR PRIVADO NO DESENVOLVIMENTO</b>	<b>29</b>
Servindo os mercados na base da pirâmide	30
Formando um ambiente favorável e construindo redes	30
Fomentando parcerias público-privadas para o desenvolvimento sustentável	33
Aprimorando a governança corporativa	34
Avançando as práticas empresariais responsáveis e os padrões de responsabilidade social corporativa	34
<b>CAPÍTULO 5. AÇÕES RECOMENDADAS</b>	<b>37</b>
Ações na esfera pública: criando um ambiente favorável	38
Ações na esfera público-privada: associações e inovação	40
Ações na esfera privada: mobilizando capacidades e recursos	41
Olhando para o futuro	42
<b>NOTA BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>43</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>45</b>

## QUADROS

Quadro 1.1	Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	7
Quadro 3.1	O setor privado da Costa Rica — um bom exemplo	27
Quadro 4.1	Recursos inexplorados, para o desenvolvimento do setor privado	30
Quadro 4.2	O potencial da base da pirâmide	32

## FIGURAS

Figura 1.1	Mais investimentos — maior crescimento	7
Figura 1.2	Quatro bilhões de pessoas formam a base da pirâmide	8
Figura 2.1	A informalidade cresce nos países mais pobres	12
Figura 2.2	Na medida em que os países enriquecem, pequenas e médias empresas tornam-se mais importantes e a informalidade menos importante	13
Figura 2.3	Bases para o setor privado e pilares do empreendedorismo	15
Figura 2.4	Empresas de países de baixa renda suportam maiores encargos para se formalizarem	17
Figura 3.1	Fortalecendo a eficácia das ações de desenvolvimento do setor privado tradicional	22
Figura 4.1	Contribuições do setor privado para o seu próprio desenvolvimento	30
Figura 5.1	Ações em três áreas centrais	38

Foto: Pedro Cole/PNUD



## DESTAQUES

**A** Comissão acredita que qualquer programa de desenvolvimento do setor privado – assim como recomendações de ações e políticas que o acompanham – deve estar embasado na consciência de que a poupança, os investimentos e a inovação que conduzem ao desenvolvimento são efetuados majoritariamente por indivíduos, corporações e comunidades.

O setor privado pode reduzir a pobreza ao contribuir para o crescimento econômico, a criação de empregos e a geração de renda para a população pobre. Também pode empoderar a população pobre, ao oferecer um vasto espectro de produtos e serviços a preços mais baixos.

Pequenas e médias empresas são criadoras de emprego, representando sementes para a inovação e o empreendedorismo. No entanto, em muitos países pobres, pequenas e médias empresas têm relevância marginal no ecossistema nacional. Um número significativo delas opera de forma ilegal, contribuindo para a ampliar a informalidade e reduzir a produtividade, e lhes falta financiamento e capital de longo prazo, bases necessárias à construção de empresas viáveis.

A Comissão acredita que a responsabilidade principal para atingir o crescimento e o desenvolvimento equitativos é dos países em desenvolvimento, e consiste em criar as condições que possibilitem a obtenção dos recursos financeiros necessários para efetuar investimentos.

Essas condições – a governabilidade, as políticas macro e microeconômicas, as finanças públicas, o sistema financeiro e outros elementos fundamentais do ambiente econômico de um país – são, em grande parte, determinadas pelas ações dos responsáveis pela formulação de políticas. Seu desafio consiste em capitalizar os avanços da estabilidade macroeconômica e da democracia, e assim iniciar reformas que produzam mais mudanças nos marcos institucionais e que, por sua vez, potencializam e estimulam o setor privado.

A maior parte das ações recomendadas implica em colaboração entre os atores sociais. Quando os governos implementam mudanças nas políticas, normalmente o fazem com o apoio e participação direta das instituições multilaterais de desenvolvimento. Quando o setor privado adota uma postura mais ativa no processo de desenvolvimento sustentável, muitas vezes o faz em resposta a posicionamento da sociedade civil, que chama a atenção para o tema. Quando os governos implementam reformas regulatórias, podem efetuar-las em consulta direta a representantes do setor privado. As ações específicas identificadas neste relatório devem ser entendidas no contexto desta ampla

cooperação – cada vez mais necessária para combater a pobreza.

Existem três áreas de grande interesse para nós, quais sejam:

**1. Na esfera pública,** promover reformas na legislação, na regulação e em outras barreiras ao crescimento.

**2. Na esfera público-privada,** facilitar a cooperação e as parcerias entre atores públicos e privados, de forma a ampliar o acesso a fatores determinantes, tais como financiamento, capacitação e serviços básicos.

**3. Na esfera privada,** estimular o desenvolvimento de modelos de negócios que podem ser expandidos e reproduzidos, e que sejam comercialmente sustentáveis.

## AÇÕES NA ESFERA PÚBLICA: CRIANDO UM AMBIENTE PROPÍCIO

A criação de um ambiente propício ao desenvolvimento inclui medidas para reduzir participação do setor informal na economia, através de reforma do ambiente geral favorável à economia formal.

### Para os governos dos países em desenvolvimento

#### **Reforma dos marcos regulatórios e fortalecimento do estado de direito.**

Os governos dos países em desenvolvimento devem externar um compromisso forte e definitivo para com o desenvolvimento sustentável do setor privado, combinando este compromisso com um esforço genuíno para reformar o ambiente regulatório e eliminar as barreiras artificiais,

oriundas de políticas que restringem o crescimento econômico.

**Formalizar a economia.** Os governos dos países em desenvolvimento precisam focar a criação de condições para reduzir a informalidade e assim, no longo prazo, alterar a composição do ecossistema do setor privado.

### **Engajar o setor privado nas políticas.**

Os governos precisam criar uma parceria verdadeira com os representantes do setor privado nacional, de forma a por em prática as mudanças e assegurar que a voz do setor privado inclua as vozes das micro, pequenas e médias empresas.

### Para os governos dos países desenvolvidos

#### **Fomentar um ambiente**

#### **macroeconômico internacional e um regime de comércio favoráveis.**

Com o objetivo de promover o rápido crescimento do investimento privado nacional, é essencial aumentar o fluxo da cooperação para o desenvolvimento e reformar o sistema de comércio global, a fim de oferecer oportunidades econômicas justas aos produtores dos países em desenvolvimento.

#### **Redirecionar as estratégias operacionais das instituições e agências multilaterais e bilaterais de desenvolvimento.**

Ao encorajar o desenvolvimento sustentável do setor privado, os países desenvolvidos precisam assegurar que as ações coletivas dessas agências serão melhor coordenadas, de forma a aumentar sua eficiência e reduzir a pressão exercida sobre a capacidade administrativa dos governos dos países em desenvolvimento.

**Desatar os nós do financiamento.**

São desejáveis certas mudanças nas regras administrativas que regem fundos vinculados, para que um uso e uma prestação de assistência técnica mais efetivos estimulem o desenvolvimento do setor privado.

**Para as instituições multilaterais de desenvolvimento****Aplicar a recomendação de****Monterrei sobre especialização e associação, para as atividades de desenvolvimento do setor privado.**

A significativa sobreposição de atividades é contraproducente e precisa urgentemente ser abordada.

**Tratar o problema da informalidade nos países em desenvolvimento.**

Há um trabalho pioneiro em marcha, para descrever a estrutura do setor informal, e um esforço global para expandir a cobertura deste trabalho poderia alcançar benefícios significativos.

**AÇÕES NA ESFERA PÚBLICO-PRIVADA: ASSOCIAÇÕES E INOVAÇÃO**

A Comissão considera necessário que todas as partes façam esforços coordenados nos âmbitos financeiro, de capacitação e de parcerias público-privadas para a prestação de serviços essenciais.

**Facilitar o acesso a maiores opções de financiamento.**

Visualizamos o desenvolvimento contínuo dos mercados financeiros nacionais, acoplado à capacitação de reguladores e de instituições financeiras privadas.

**Contribuir para o desenvolvimento de capacidades e conhecimentos.**

Ações de construção de capacidades poderiam abranger desde programas para lideranças públicas e privadas,

passando pelo treinamento de micro-empresendedores, até colaboração com autoridades públicas e sindicatos para melhorar a capacitação de trabalhadores.

**Facilitar o fornecimento sustentável de serviços básicos, principalmente energia e água.**

Neste campo, a Comissão observa a necessidade de que se desenvolvam modelos inovadores que fomentem parcerias entre provedores de serviços governamentais, multinacionais e empresas locais.

**AÇÕES NA ESFERA PRIVADA: MOBILIZANDO CAPACIDADES E RECURSOS**

A Comissão acredita que o setor privado – e, em especial, grandes empresas nacionais e multinacionais – precisa estar consciente de que pode contribuir para acelerar o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza.

**Para o setor privado****Canalizar a iniciativa privada para os esforços de desenvolvimento.**

Acreditamos que o setor privado tem um potencial imenso para contribuir com o desenvolvimento, por meio do seu conhecimento, especialização, recursos e relacionamentos.

**Desenvolver vínculos entre multinacionais e grandes empresas nacionais, para fortalecer pequenas empresas.**

Os elos estabelecidos entre os diferentes tipos de empresas, em países em desenvolvimento, oferecem um canal efetivo para proporcionar às

empresas locais o acesso a mercados, financiamento e conhecimentos técnicos.

**Fomentar oportunidades de negócios em mercados localizados na base da pirâmide.**

Outra ação vital que pode ser feita pelo setor privado, tanto nacional quanto internacional, consiste em reconhecer as necessidades dos mercados da base da pirâmide (os 4 bilhões de pessoas que ganham menos de US\$1.500/ano), criando soluções inovadoras para atender essas necessidades.

**Estabelecer padrões.** O setor privado precisa ter um compromisso real com o desenvolvimento sustentável, prestando especial atenção à governabilidade e à transparência das empresas.

**Para as organizações do trabalho e da sociedade civil.**

A Comissão considera que as organizações do trabalho e da sociedade civil devem continuar exercendo seu papel de observadores críticos da agenda de desenvolvimento – e de facilitadores e apoiadores de abordagens inovadoras para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e melhorar as condições de vida das pessoas pobres.

**Aumentar a responsabilidade no sistema.**

Este é um elemento fundamental do trabalho das organizações da sociedade civil, assim como de sua liderança em disseminar o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse trabalho deve ser fortalecido.

**Desenvolver novas parcerias e relações para atingir objetivos comuns.** As organizações da sociedade civil são as que se encontram mais próximas da base da pirâmide. Elas também são, por muitas vezes, instrumentos de experimentação de novas tecnologias para solução de problemas.

## OLHANDO PARA O FUTURO

Para fomentar o progresso, a Comissão recomenda que as Nações Unidas promovam o acompanhamento do desenvolvimento do setor privado. Um relatório anual de progresso manteria a

proeminência das recomendações gerais da Comissão e asseguraria o compromisso em tratar os diversos problemas a aqui identificados.

A Comissão está preparando uma primeira série de iniciativas viáveis, que propiciam as transformações em países específicos, e provêem as ferramentas para que governos e setor privado complementem os recursos disponíveis e iniciem rapidamente a implementação de um programa de mudanças. Essas primeiras ações têm o intuito de estimular respostas colaborativas de potenciais parceiros que venham a ler este relatório. Nossa mensagem a todos vocês é: juntem-se a nós.